

Gasto extra com reajuste de servidores chega a R\$ 15 bilhões no ano que vem

Folha de pagamento. Valor previsto na proposta orçamentária inclui aumentos salariais para funcionários dos três Poderes e do Ministério Público; se conseguir adiar o reajuste de algumas carreiras, governo pode garantir uma economia de R\$ 4,7 bilhões

Idiana Tomazelli

Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

O governo terá um gasto adicional de R\$ 15 bilhões em 2019 para bancar reajustes salariais de servidores já aprovados pelo Congresso, segundo cálculos do próprio governo. A conta inclui aumentos para funcionários públicos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público. A estimativa está na proposta orçamentária encaminhada à Comissão Mista de Orçamento, mas ainda não havia sido divulgada.

A fatura pode ficar menor caso a equipe econômica consiga convencer os parlamentares a aprovarem o adiamento do reajuste de algumas carreiras do Executivo de 2019 para 2020. Esses aumentos foram aprovados em 2016, quando a expectativa era de inflação alta. Agora, muitos desses reajustes estão acima da inflação, que ficou abaixo do previsto.

O adiamento pode proporcionar uma economia de R\$ 4,7 bilhões e é considerada essencial para abrir espaço dentro do teto de gastos (mecanismo que proíbe que os gastos cresçam acima da inflação). Mas sua aprovação é considerada difícil, principalmente depois do vaivém do presidente Michel Temer, que chegou a suspender o adiamento, mas acabou atendendo aos apelos da equipe econômica e editou a medida provisória que posterga os reajustes.

Ao todo, o governo federal deve gastar no ano que vem R\$ 325,9 bilhões com folha de pagamento. O valor corresponde a 22,6% do Orçamento – ou seja, a cada R\$ 5 gastos pela União, R\$ 1 vai para salários do funcionalismo. É a segunda maior despesa do governo federal, atrás apenas dos benefícios previdenciários.

A equipe econômica tem alertado para a necessidade de conter o avanço dos gastos com pessoal, principalmente, porque essa despesa está consumindo uma fatia cada vez maior do orçamento dos órgãos. Com isso, o espaço para gastos de custeio e para investimento fica cada vez menor, comprometendo a capacidade de execução de políticas públicas em áreas estratégicas, como saúde, educação e segurança.

Segundo os dados da proposta

orçamentária, do impacto de R\$ 15 bilhões na folha causado por aumentos salariais, a maior parte (R\$ 8,6 bilhões) recai sobre o Executivo, incluindo o Ministério da Defesa, que abriga a folha de pagamento dos militares. O número de funcionários também é maior nesse caso. No Judiciário, os reajustes aprovados pelo Congresso Nacional vão ampliar em R\$ 3,9 bilhões os gastos.

Desse valor, R\$ 1 bilhão é referente à compensação adicional que o Executivo precisa fazer para que o Judiciário não estoure o teto de gastos com a concessão dos aumentos aprovados pelos parlamentares em 2016, antes da promulgação da regra constitucional que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. A transferência de uma parte do limite do Executivo para os demais Poderes é possível desde 2017 e acaba no ano que vem.

Segundo o Ministério do Planejamento, a margem adicional de R\$ 1 bilhão para o Judiciário foi necessária porque, mesmo com a atualização pela inflação da compensação dada em 2018 para o Judiciário, o espaço não foi suficiente para abrigar o impacto dos aumentos salariais. Há ainda uma “reserva”, dentro dos R\$ 15 bilhões, para a folha do Judiciário.





O documento não detalha qual será a destinação dessa reserva. Recentemente, os ministros do STF aprovaram a inclusão de um reajuste de 16,38% nos próprios salários na proposta orçamentária, o que elevaria o teto do funcionalismo para R\$ 39,3 mil mensais. Tanto a Justiça Federal quanto a Justiça do Trabalho negaram que a reserva tenha sido constituída para bancar o aumento dos magistrados, que depende de aval do Congresso.

O STF não respondeu. No Legislativo, o impacto de aumentos já concedidos será de R\$ 463,1 milhões em 2019. No Ministério Público, esse incremento está previsto em R\$ 615,5 milhões, incluindo a reserva de contingência. O governo federal ainda terá uma despesa total de R\$ 6,634 bilhões com a folha de servidores ex-territórios incorporados aos quadros da União.

O PESO DA FOLHA

● Aumentos salariais concedidos pelo Congresso vão elevar as despesas com pessoal em 2019

EM MILHÕES DE REAIS

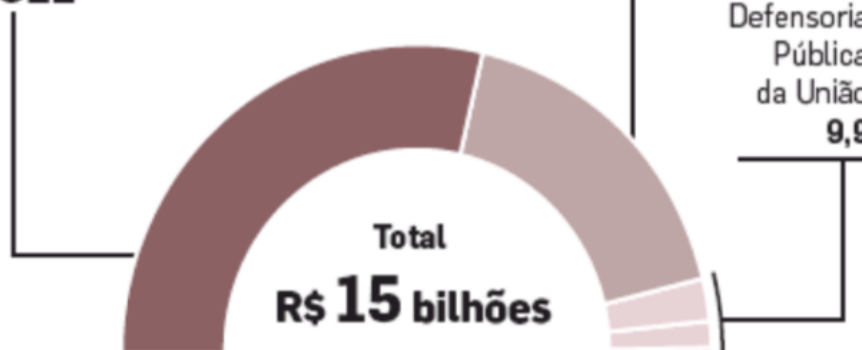
Executivo
8.611

Judiciário
5.305

Ministério Público
615,5

Legislativo
463,1

Defensoria Pública da União
9,9



CONJUNTURA »**Planejamento vende carros**

» BRUNO SANTA RITA*

Para arrecadar dinheiro, o Ministério do Planejamento anunciou o leilão de 47 carros usados pelo Ministério das Relações Exteriores no próximo dia 18. Os veículos fazem parte do primeiro lote de automóveis inservíveis ao governo. Com a venda, a pasta pretende arrecadar, no mínimo, R\$ 531 mil. Porém, o objetivo central do leilão é dar nova finalidade para esses bens, que estão caindo em desuso por conta do serviço TáxiGov (espécie de Uber para funcionários).

Os carros estarão expostos de 15 a 17 de outubro no Parque dos Leilões. A alienação ocorrerá por meio do Leiloeiro Público Oficial de forma presencial e eletrônica. Ambas ocorrerão, no mesmo horário, a

partir das 10h. Mais informações podem ser obtidas no site do Planejamento e no Portal de Leilões.

A diretora da Central de Compras do ministério, Virgínia Bracarense explica que a venda desses carros pode reduzir despesas com manutenção, pessoal e aluguel de garagem. Para a educadora financeira Ana Célia Furtado, o leilão é uma boa opção, tanto para o governo quanto para o comprador. “O dinheiro arrecadado não é muito, mas o governo ganha com o corte de despesas. Para quem vai comprar, é uma oportunidade de se obter um carro por um preço bom”, explicou. Ela afirmou que é importante, antes da compra, verificar as condições do bem pretendido.

* Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira